

DIFERENÇAS ENTRE EMPRESAS COMERCIAIS. E EMPRESAS SEM FINS LUCRATIVOS NO MEIO SOCIAL

Naiana dos Santos Eufrásio Pinto

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo mostrar as grandes diferenças entre empresas comerciais e entidades sem fins lucrativos no meio social, que desenvolvem parceria organizacional e estrutural. Mostra a grande importância de cada entidade que presta serviços voluntários como os atos religiosos, educacionais, ambientais e outros. Com a expansão do terceiro setor no Brasil essas entidades vêm se destacando tendo mão de obra voluntarista, pois não há recursos governamentais que possam manter essas entidades em funcionamento. Com o surgimento do neoliberalismo podemos chegar a conclusões sobre as ideias políticas e econômicas capitalistas e, de acordo com essas teorias, podemos ver a total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. E as empresas comerciais tendem, cada vez mais, crescer com a grande evolução da tecnologia das indústrias e comércio, pois se destacam no mercado, gerando lucro empresarial, tendo diminuição de preço dos produtos, pois com tanta tecnologia essa indústria tem seu produto mais barato e eficiência a vista.

Palavras-chaves: Entidades sem fins lucrativos, meio social, empresas comerciais.

*Naiana dos Santos Eufrásio Pinto – 8º Semestre do curso de ciências contábeis da faculdade São Francisco de Barreiras. E-mail: naiana@fasb.edu.br

*Orientador Fernando Linhares da Silva, Bacharel em ciências contábeis, professor da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no curso de Bacharelado de Ciências Contábeis.

*Co-orientadora Luciana Silva Moraes – Bacharel em Ciências contábeis, Mestre em Gestão Ambiental, professora e pesquisadora da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no curso de Bacharelado de Ciências Contábeis.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil o terceiro setor vem cada vez mais expandindo, ligações religiosas, educacionais, ambientais e outros. Na década de 1970 surgiu o neoliberalismo, que considerava apenas igrejas, orfanatos, escolas religiosas e hospitais como organizações importantes sem fins lucrativos. E essas entidades vêm mostrando cada vez mais força de vontade de crescer com essas organizações, e através do neoliberalismo que teve uma grande conquista de liberdade no mercado, para que as famílias conquistassem seu espaço, o país foi vivenciando mudanças através de movimentos sociais e sindicais, buscando soluções de problemas como falta de água, falta de terra, aumento de preços, dentre outros. Já na década de 1990, depois de muitas lutas pelos direitos civis, a força que usavam na expressão sem fins lucrativos deixou de existir e deu-se início a uma nova origem ao terceiro setor, que são as ONG's, que por sua vez tem uma responsabilidade de crescer junto às fundações, associações, clubes recreativos e esportivos, institutos e etc.

E por movimentarem recursos públicos e privados, essas organizações têm como garantia as informações úteis e confiáveis para monitoramento dos recursos e a avaliação dos recursos sociais, no qual essa informação coletada servira para receber repasses de verbas do governo.

Dessa forma cabe destacar que essas entidades ficaram sobre responsabilidade de órgãos públicos que repassam as verbas mediante a assinatura do contrato de gestão com o poder público, as entidades prestadoras de serviços à coletividade ONG' s sem fins lucrativos, por lei tem que estar enquadradas e autorizadas a funcionar legalmente, para obter os recursos governamentais, sendo eles a isenção ou a não incidência de tributos, podendo usufruir de benefícios fiscais.

A participação do terceiro setor no cenário brasileiro é destacada, pois, complementa muitas necessidades sociais não oferecidas pelo governo, podendo melhorar a vida de jovens e crianças que vivem nas ruas, livrando- as das drogas e até mesmo do mundo da criminalidade. E essas entidades sem fins lucrativos vêm se destacando e ficando mais forte com os programas que são beneficiados com mão de obra da sociedade como exemplo os voluntários,

empresários que dão sua contribuição e toda a população que ajuda de forma direta e indireta.

Define-se como terceiro setor, segundo Aquino Alves, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, citado por Melo Neto e Froes (2001, p.9), como o espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos gerados nesse processo.

Diante da fala dos autores e bom destacar que existem entidades sem fins lucrativos que desenvolvem projetos sociais, essas empresas apresentam uma grande importância para a sociedade no combate ao desequilíbrio social. Com isso a expansão do terceiro setor estimula os estudos e projetos de pesquisas, possibilitando a distribuição de benefícios para muitos profissionais excluídos dos outros setores da economia. O terceiro setor atende pessoas carentes que não podem contratar serviços do setor privado (segundo setor). Como o setor público (primeiro setor) esses dois setores não conseguem, em nosso país, atender com qualidade todas as pessoas necessitadas, portanto o Terceiro Setor assume um papel de fundamental importância na sociedade como entes privados de utilidades públicas com origem na sociedade civil. As sociedades podem atender as pessoas que seriam os sócios que trabalham em benefício da sociedade, e essa geralmente são portadoras de serviço.

Enfatizando o tema, Drucker (2001,p.15) mostra que:

[...] As instituições do terceiro setor são o grande sucesso corporativo nos últimos 50 anos. Elas são essenciais à qualidade de vida, à cidadania e, na verdade, trazem consigo os valores e a tradição da sociedade como um todo. A pressão por um serviço comunitário eficaz só aumentará, conforme a 13 sociedades atravessa um período de acentuada transformação. A partir de uma necessidade de envolvimento pessoal, o número de voluntários também aumentará. A organização do terceiro setor está se tornando rapidamente o novo centro de ação social, de compromisso ativo e de contribuição significativa. [...]

[...] O século XXI é um período de mudanças agudas. As pessoas nascidas há 50 anos não conseguem imaginar o mundo no qual seus próprios avós nasceram. A sociedade está reorganizando sua visão de mundo, seus valores básicos, sua estrutura social e política, suas artes, suas principais instituições. As organizações do terceiro setor

serão ainda mais importantes nas próximas décadas, conforme as necessidades aumentam. [...]

A pesquisa realizada teve o intuito de identificar as Diferenças entre empresas comerciais e (entidades sem fins lucrativos no meio social) foi realizado com a satisfação de esclarecer que para abrir uma associação perante a Lei 9.637\1998 é necessário que faça o registro do seu estatuto social, de sua ata de fundação no cartório de títulos e documentos de pessoas jurídicas de direito privado. Através deste registro as associações passam a adquirir direitos e deveres que caracterizam fins beneficentes, essas associações estão direcionadas a educação meio ambiente, a cultura a saúde e outras diversas áreas.

2.REFERÊNCIAL TEORICO

2.1 TIPOS DE SOCIEDADES COMERCIAIS

A sociedade comercial para se instalar na junta comercial, é necessário que ela mesma defina qual o estatuto pretendido juridicamente pelo (CSC) Código das Sociedades Comerciais existentes. Com a sociedade comercial existem mais quatro tipos existentes que são definidos em sociedade Coletiva; Sociedades por quotas; Sociedades Anónimas; Sociedades em Comandita Simples ou por Ações, que teve seu decreto aprovado em 02 de setembro/86, pela lei 262/86 tendo então sofrido varias alterações pela lei das S.A.

As sociedades em nome coletivo (S.N.C): essa sociedade é representada pelo capital social que os sócios atribuem na empresa, sendo que essas sociedades pode ser constituída no minimo por duas pessoas, tendo as quotas divididas por partes, sendo que uma dessas partes fica clara a participacao na organização e suas responsabilidades, as sociedades em nome coletivo deve possuir uma organizacao junto a assembleia geral sendo ela composta por todos os socios, que gerencia e administra e representam a sociedade iguais sem qualquer distinção entre os sócios.

Sociedades por quotas (LDA.): as sociedades por quotas são representadas pelas quotas dos sócios, e não pelo capital social de cada um.

Essa sociedade é composta por duas ou mais pessoas que as constituem podendo ter varias quotas, que é o que mostra a relevância do sócio dentro da entidade, e sua responsabilidade fica limitada, sendo que nao possuem qualquer responsabilidade a respeito de pagamentos de empréstimos,essa responsabilidade fica apenas com o patrimônio da empresa pra saldar essas dividas.

Quanto à sua estrutura organizacional existe uma Assembléia Geral onde encontram-se todos os sócios, a Gerência, que pode ser constituída por sócios da sociedade ou não, que representam a sociedade, sendo que essa pessoa tem que ter capacidade jurídica e por ultimo, caso a sociedade chegue a um determinado volume de negócios é indispensável ter um revisor oficial de contas.

Sociedade Anónima (S.A): as Sociedades Anónimas, são compostas por capital social, é representado por ações, e para a constituir essa sociedade é necessário no mínimo cinco pessoas. Essas ações possuem valores definidos conforme as leis de mercado, e essas sociedades não ficam encarregadas com dividas que a organização possa adquirir, sendo que a assembléia geral fica responsável de constituir a dívida por todos os integrantes do quadro societário. Caso o sócio decida vender a sua parte, fica ao seu critério ,fazer uma união de um modo livre, sendo que essa união tem que ser alterado no contrato da sociedade.

Sociedades em Comanditas simples e por accoes: as sociedades em comanditas se divide em sociedades comanditas simples, (S.C) ou por ações, (S.C.A) que pode ser constituída no míinimo por cinco pessoas, sendo que a sociedade em comodita simples todos os socios possuem partes, e no caso de comodita por acoes LEI (S.A) todos os sócios se designam se por ações, sendo que o acionista fica responsável somente pelo valor de emissão das ações subscritas ou adquiridas, e para que essas ações por parte, possam ser vendidas é necessario a permissão de todos os sócios que participam da sociedade.

Sociedade por quotas unipessoal (sociedade unipessoal Ida): a sociedade por quotas diferencia-se das demais sociedades pelos seguintes aspectos: todo o capital, que se encontra distribuídos por quotas, é detido por um único titular, que pode ser uma pessoa singular ou coletiva. Neste caso a

direção da entidade é assumida por uma só pessoa pelo fato da mesma ser o titular da totalidade do capital social tomando para si toda a responsabilidade da empresa, conforme tabela 01.

Tabela 01 - Principais distinções e características de cada tipo de entidade comercial.

	Numero de Sócios	Capital	Contribuição para o Capital Social	Design. Obrigat. na Firr
Sociedade em Nome Coletivo	2 ou mais	Não ha limite mínimo ou máximo	Participação em dinheiro ou espécie	S.N.C
Sociedade em Comandita	1 ou mais com responsabilidade ilimitada e 1 ou mais com responsabilidade limitada	Não ha limite mínimo ou máximo	Participação em dinheiro para os sócios de responsabilidade limitada e ilimitada	S.C.
Sociedade em Comandita por Ações	1 ou mais com responsabilidade ilimitada e pelo menos 3 com responsabilidade limitada	Limite mínimo: USD125.000 não ha limite máximo	Participação em dinheiro para os sócios de responsabilidade ilimitada e participação em ações para os sócios de responsabilidade limitada	S.C.A.
Sociedade por Quotas	2 a 30 pessoas	Limite mínimo: USD3.125 não ha limite máximo	Subscrição de quotas da sociedade. Valor nominal da quota de pelo menos USD125 ou em múltiplos de USD12.5	Lda
Sociedade por Quotas Unipessoais	1 pessoa	Limite mínimo: USD3.125 não ha limite máximo	Subscrição de quota única	Sociedade Unipessoal Lda.
Sociedade Anônima	Pelo menos 3 pessoas	Limite mínimo: USD125.000 não ha limite máximo.	Capital dividido em ações de pelo menos USD12.5	S.A.

Fonte: Instituto de promoção do comercio e do investimento de Macau.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 6404/76

As demonstrações contábeis são essenciais dentro de uma empresa, por conter um conjunto de informação necessária à tomada de decisão, dessa maneira as mesmas deve ser divulgadas anualmente, essa é uma obrigatoriedade da lei 6404.

Segundo a lei 6404/76

A administração de uma sociedade por ações e representa a sua prestação de contas para os sócios e acionistas. A prestação anual de contas é composta pelo Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as notas explicativas que as acompanham, o Parecer dos Auditores Independentes (caso houver) e o Parecer do Conselho fiscal (caso existir).

Tabela 02 – Demonstrações Contábeis Obrigatórias

Demonstração Contábil	PMEs	Empresas em Geral	AS de Capital Aberto
Balanço Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado do Exercício	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado Abrangente	Pode ser Substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração de Lucros (Prejuízos) Acumulados	Facultativo	Pode ser Substituída pela DMPL	Pode ser Substituída pela DMPL
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Pode ser Substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Valor Adicionado	Facultativo	Facultativo	Obrigatório
Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório

Fonte: própria

Uma das obrigatoriedades é o **balanço patrimonial**, que tem por objetivos mostra a situação financeira de uma entidade em um determinado período. Essa demonstração é fundamental para os analistas obterem conceitos dos pontos fracos e positivos, essa é representada pelo ativo, passivo e patrimônio líquido.

Demonstração do resultado do exercício (D.R.E)

Essa demonstração contem somente as contas de resultado como despesas e receitas, diminuindo as despesas das receitas é possível obter o resultado de uma entidade como lucro ou prejuízo do exercício.

Demonstração das origens e aplicações de recursos (DOA)

Essa demonstra as origens de recursos que ampliam a folga financeira a curto prazo, ou seja, demonstra como anda o capital circulante líquido da entidade, como também sua capacidade de gerar recursos.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Apresenta lucro ou prejuízo do período, itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido do período, os efeitos das alterações na política contábil e correção de erros reconhecidos no período, e as quantias das transações com sócios em sua condição de sócios durante o período.

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados apresenta o resultado da entidade e as alterações nos lucros ou prejuízos acumulados para o período de divulgação.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade para um período contábil, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado representa um dos elementos do Balanço Social e sua finalidade é evidenciar a riqueza gerada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período. Essa demonstração deve ser obrigatoriamente apresentada pelas sociedades anônimas de capital aberto.

Notas Explicativas (NE)

As notas explicativas contêm informações adicionais de todas as transações que ocorreram na empresa em um determinado período, ela leva o conhecimento de cada fato gerador ocorrido mediante origem e seu destino.

2.3 AS SOCIEDADES COMERCIAIS COM BASE NA ECONOMIA MODERNA

Nos dias de hoje as sociedades comerciais existentes são de economia de mercado, embora as empresas possam revestir outras formas jurídicas, as sociedades comerciais tendem necessariamente de atender os atos práticos e comerciais da sociedade, onde a empresa é a base da economia moderna, com o objetivo e profissionalismo de apresentar a produção pessoal e bens, exercícios de atividades econômicas, onde exige uma estrutura organizacional estável. Esses atos por natureza profissional exatamente comercial, praticados com habitualidade, possibilitam a mediação e visam o lucro ao comerciante.

O capital social é a soma das contribuições de cada um dos sócios que a sociedade comercial precisa para dar início as suas atividades, o seu valor deve estar sempre definido no contrato social, assim como, as partes que cabem a cada sócio para sua integralização. Este capital social pode ser constituído de bens móveis ou imóveis, ou até mesmo em modo de uma fusão.

2.4 LEGALIDADES JURIDICA SOBRE REGISTRO DOS SOCIOS

A personalidade empresarial fica juridicamente legalizada a partir do momento que se faz o registro definitivo, e depois de aprovado esta disponível para a utilização de terceiros quanto a utilização dos próprios sócios.

Com a junta comercial e outro órgão responsável pelo registro ligado a sociedades empresariais, existe uma junta para cada estado brasileiro, esse registro é lançado oficialmente por livros próprios, e após essa declaração escrita ou verbal das partes interessadas. Esse registro tem por objetivo conferir a publicidade ao ato ou fato, que é o objeto do registro, ou até mesmo

pela conservação de um documento, é obrigatória a inscrição dos empresários no Registro Público de Empresas Mercantis.

Rubens Requião (2005a, p. 111), o registro público tem por **finalidade**: "dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis, submetidos a registro; cadastrar as empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no País e manter atualizadas as informações pertinentes; proceder às matrículas dos agentes auxiliares do comércio, bem como ao seu cancelamento."

O Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC tem como objetivo facilitar aos interessados, o adequado atendimento aos requisitos exigidos para o arquivamento de atos e orientar as Juntas Comerciais para a prática dos serviços de registro mercantil no âmbito do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM.

A observância dessas normas contribuiu para a diminuição de custos decorrentes de retrabalho, tanto para os clientes quanto para as Juntas Comerciais, bem como para redução de prazo de processamento dos serviços solicitados, uma vez que as exigências serão evitadas.

Esses órgãos compõem o Sistema Nacional de Registro e Empresas Mercantis do Comércio (SINREM) órgão central que verifica o Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), e esses órgãos tem por finalidade analisar as unidades federais e estaduais, supervisionar e orientar a normalidade técnica da administração na junta comercial, com a função de executar como serviço administrativo a fiscalização de registro. O (DNRC) tem a competência de propor a elaboração da tabela de preço dos serviços relacionados ao registro público de empresas mercantis e na parte relativa aos atos de naturezas federais, podendo observar com a junta comercial a elaboração de suas tabelas locais. Autoriza o Departamento Nacional de Registro do Comércio a estabelecer modelos e cláusulas padronizadas destinadas a simplificar a constituição de sociedades mercantis. Esse tipo de sociedade deve ser realizado por duas ou mais pessoas que possuam idoneidade para constituir uma sociedade. A empresa necessita de capital, destinando o Patrimônio social para a exploração em meio comercial. Os lucros obtidos devem ser divididos entre os sócios.

Art. 1º Institui normas atinentes aos procedimentos de transformação de registro de empresário individual em sociedade empresária contratual, ou em empresa individual de responsabilidade limitada e destas em empresário individual em decorrência do disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que acrescenta § 3º ao art. 968 e parágrafo único ao art. 1.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e do disposto no art. 2º da Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011, que altera o parágrafo único do art. 1.033 da Lei nº 10.406, de 2002. as sociedade e empresa individual de responsabilidade limitada em transformação não esteja enquadrado na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, devem ser exigidas pelas Juntas Comerciais as certidões negativas, conforme especificado na Instrução Normativa DNRC que regulamenta a matéria.

As empresas que direcionam seus recursos para a prática da mercância, são conhecidas sociedade comercial ou mercantil. Esse tipo de sociedade deve ser realizado por duas ou mais pessoas que possuam idoneidade para constituir uma sociedade. A empresa necessita de capital, destinando o Patrimônio social para a exploração em meio comercial. Os lucros obtidos devem ser divididos entre os sócios. A função básica das sociedades comerciais é atender como mediadora entre o produtor e o consumidor e esta deve atender a constituição de lucros para ambas as partes. As sociedades comerciais seguem alguns critérios para a sua classificação. No primeiro a sociedade pode atender a objetivos como sociedades civis ou mercantis. Atendendo a aspectos legais as sociedades comerciais podem ser de direito e sociedades de fato. As sociedades de direito deve atender com contrato social e registro em repartições competentes. E a diferença da sociedade de fato é que ela não necessita do contrato social.

A sociedade pode atender as pessoas que seriam os sócios que trabalham em pela sociedade e essa geralmente são portadoras de serviço.

Quanto à mobilidade do capital pode se ter a de capital fixo, variável e o autorizado.

Algumas organizações sociais, embora idôneas em suas causas e corretas na administração de recursos financeiros, podem passar uma imagem diferente, devido à dificuldade na comunicação desses valores. Assim, a comunicação "pode ajudar a transformar causas em

marcas fortes, que tenham longevidade, personalidade e consistência” (VOLTOLINI, 2004, p. 165).

3.METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida utilizou o método indutivo de caráter bibliográfico, pois a pesquisa generaliza em conclusões particulares, cujo método e traçar planos cada vez mais abrangentes, partindo de constatações particulares onde ha conexão ascendente.

Com isso, é possível observar a grande importância para a sociedade, da pesquisa aplicada que gera conhecimento sobre um assunto específico e definidas anteriormente. Visam conhecimentos abrangentes e o atingimento de resultados.

Destaca que a pesquisa exploratória e desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral a cerca de determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. GIL, (1999)

A pesquisa é de caráter qualitativo, pois o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimento a partir de padrões encontrados nos dados.

A análises qualitativas é o processo de ordenação dos dados, organizados em padrões categorias e unidades básicas descritivas; a interpretação envolve a atribuição de significado a análise, explicando os padrões encontrados e procurando por relacionamentos entre as dimensões descritivas. (PATON 1980)

Foi adotada a análise do tipo qualitativo para realização da pesquisa viabilizando atender os objetivos e levantarem-se os conceitos sobre as principais diferenças entre empresas comerciais e ONG' s: empresas sem fins lucrativos no meio social.

Para evidenciar a importância de empresas comerciais e entidades sem fins lucrativos, foram coletados dados que contribuíram no desenvolvimento exploratório do tema pesquisado, possibilitando um conceito mais amplo e por ser um tema que faz diferença na sociedade, fez se necessário um levantamento entre analisar e compreender as diferenciações em empresas

comerciais e ONGs.

4. A EXPANSÃO E ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA ECONOMIA

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Na década de 70 o Brasil deu início a uma consagrada movimentação onde foi denominado o terceiro setor que surgiu com intuito de ocupar espaço público não estatal destacando-se nas atividades sociais, ou seja, os que mais necessitam. Assim surgiu o terceiro setor através de um movimento para a retomada de princípios da solidariedade por intervenção da sociedade civil, tendo muitos pontos positivos alcançados pelos setores carentes da sociedade que estavam esquecidas pelos estados.

Na função do primeiro estado nacional até os dias atuais, teve uma capacidade de mostrar sua falta de eficiência de governo a vida em sociedade, pois no qual essas sociedades foram divididas em três setores, sendo eles primeiro setor segundo setor e terceiro setor. Primeiro setor que (são instituições de interesse público mantido pelo governo) Segundo setor que (são instituições de interesse privado, mantidas pelas iniciativas privadas com objetivo de manter lucros). E o terceiro setor (são instituições sem fins lucrativos que buscam reduzir falhas da atuação do estado e das empresas privadas).

Tabela 03 – primeiro, segundo, terceiro, setor.

Setor	Recurso	Fim
1º setor (Estado)	Público ⇒	Público
2º setor (Mercado)	Privado ⇒	Privado
3º setor (Sociedade Civil)	Público e Privado ⇒	Público

Ficam marcadas nesse período, as palavras parceria, cidadania corporativa, responsabilidade social, investimento social e privado. No novo movimento essas formas de expressão marcam o encontro dos três setores da

economia brasileira.

Com propriedade, a consultora Rothgiesser relata de forma resumida a história dos anos 90 sob enfoque social:

[...] Amplia-se, fortemente, o conceito de Terceiro Setor: para além do círculo das ONGs, valorizam-se outros atores sociais como as fundações e institutos (os braços sociais das empresas), as associações beneficentes e recreativas, também as iniciativas assistenciais das igrejas e o trabalho voluntário de maneira geral. A ampliação das áreas de convergência não implicando no apagamento das diferenças entre os setores. Ao contrário, por serem diferentes, canalizando recursos e competências específicas e complementares. Cria-se, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Programa Comunidade Solidária com o propósito de articular trabalhos sociais em vários ministérios. E, em 1998, é regulamentada a Lei do Voluntariado. A ONU - Organização das Nações Unidas decreta 2001 como o "Ano Internacional do Voluntário". Acontecem, no Brasil, o Iº e IIº Fórum Social Mundial, implementadores de ideias alternativas de ação econômica e social. Promove-se o desenvolvimento social a partir do incentivo a projetos autossustentáveis – em posição às tradicionais práticas de caráter assistencialista geradoras de dependência - e em propostas de superação de padrões injustos de desigualdade social e econômica. [...] (Grifos adicionados)

No Brasil existe cerca de 5.240 entidades reconhecidas oficialmente filantrópicas e que atendem diferentes demandas sociais. Por movimentarem recursos públicos e privados, essas organizações têm como garantia as informações úteis e confiáveis para monitoramento dos recursos alocados e a avaliação dos recursos sociais, no qual essas informações coletadas servirão para receber repasses de verbas do governo.

A participação do terceiro setor no cenário brasileiro é de grande importância, pois complementa muitas necessidades sociais não atendidas pelo governo.

Algumas organizações sociais, embora idôneas em suas causas e corretas na administração de recursos financeiros, podem passar uma imagem diferente, devido à dificuldade na comunicação desses valores. Assim, a comunicação “pode ajudar a transformar causas em marcas fortes, que tenham longevidade, personalidade e consistência” (VOLTOLINI, 2004, p. 165).

4.2 A EXPLOSÃO DO TERCEIRO SETOR NOS ANOS 90

O sistema de contas nacionais brasileira tem sido uma grande importância na economia, devido a participação do terceiro setor. As organizações sem fins lucrativos vêm se destacando com a quantidade de pessoas que tem interesse em contribuir com a sociedade, e na explosão do terceiro setor nos anos 90 do século XIX ao início do século XX as ONG, s tem o papel de assumir, cada vez mais forte no mundo contemporâneo, e elas crescem a cada dia com o desenvolvimento econômico na sociedade.

Os (GIFE) - Grupo de Instituições, Fundações e Empresas, conseguiu com grande esforço, atrair 66 fundações como parceiras. Já no Brasil, muitas fundações tem pouca atuação na área social, devido ao grande índice de inflação e corrupção, a maioria delas não tem verbas e vivem de doações anuais de empresários ou outras pessoas que as ajudam com benefícios. Nas épocas festivas que tem recesso, as doações diminuem, exatamente quando os problemas sociais aumentam. E com todos esses problemas, infelizmente muitas entidades sem fins lucrativos são, na verdade lucrativas ou atendem os interesses dos próprios usuários, dando como exemplo os clubes esportivos, que é sem fins lucrativos, e beneficia os seus respectivos sócios.

A participação do terceiro setor no Brasil é muito importante, pois, muitas necessidades sociais não são devidamente atendidas pelo governo.

Algumas organizações sociais, embora idôneas em suas causas e corretas na administração de recursos financeiros, podem passar uma imagem diferente, devido à dificuldade na comunicação desses valores. Assim, a comunicação “pode ajudar a transformar causas em marcas fortes, que tenham longevidade, personalidade e consistência” (VOLTOLINI, 2004, p. 165).

Define-se como terceiro setor, segundo Aquino Alves, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, citado por Melo Neto e Froes (2001, p.9), como o espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos gerados nesse processo.

Para Ruth Cardoso, citada por Melo Neto (2001, p.8) o terceiro setor é uma nova esfera pública, não necessariamente governamental,

constituída de iniciativas privadas em benefício do interesse comum, compreendendo um conjunto de ações particulares com o foco no bem-estar público.

De acordo com Meregé, citado por Srour (1998, p.239), o terceiro setor é um conjunto de organizações não governamentais, caracterizadas pelo aspecto de não possuir fins lucrativos e que a partir de âmbito privado buscam resultados públicos com propósitos de trazer respostas aos problemas sociais como saúde, educação, direitos civis, proteção ao meio ambiente etc. Suas receitas podem ser geradas em atividades operacionais, mas resultam, sobretudo, de doações do setor privado ou do setor governamental.

Diante da fala dos autores cabe salientar que existem entidades sem fins lucrativos que desenvolvem projetos sociais, essas empresas apresenta uma grande importância para a sociedade no combate ao desequilíbrio social. Com isso a expansão do terceiro setor estimula a produção de estudos e pesquisas, possibilitando a distribuição de benefícios para muitos profissionais excluídos dos outros setores da economia,

O terceiro setor assim como as empresas comerciais seguem algumas categorias como: Associação; Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade; Organizações não governamentais e Fundações privadas. E cada uma dessas atende a objetivos diferenciados, porém atuando numa mesma perspectiva, ou seja, sem obtenção de lucros. Hudson (2004,p.21) :

[...] Este setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.

O termo “Terceiro Setor” diferencia essas organizações do “setor privado” e do “setor público”. O traço comum que une todas essas organizações é que são orientadas por valores: são criadas e mantidas por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que desejam, elas mesmas, tomar providência nesse sentido.

[...] Essas organizações tem duas características principais. Ao contrário de organizações do setor privado. Não distribuem lucros a seus proprietários e, diferente das organizações do setor público, não estão sujeitas controle político direto. Essas organizações têm independência para determinar seu próprio futuro. [...]

O terceiro setor motiva as instituições de maneira geral, que é a vontade humana de ajudar o próximo, sem querer uma contrapartida. Este tipo de

atitude vem acontecendo há muito tempo, remontando há cinco anos, onde as primeiras civilizações egípcias desenvolveram um código moral com base na justiça social. Houve inclusive contribuição do próprio para ajudar abrigo, pão e roupas para os pobres. No Império Romano também foi identificadas ações filantrópicas e sociais, não podendo ser diferente uma vez que a palavra “caridade” é de origem latina, derivada de caritas.

Na Índia, o imperador Asoka construiu instalações médicas, cavou poços e plantou árvores para o agrado do povo. Os profetas judeus também foram pioneiros na assistência social, pois trabalhavam pela justiça social, política e econômica, inclusive exercendo pressões sobre os governos da época.

As práticas da caridade também sempre estiveram relacionadas ao crescimento das organizações religiosas. Os ensinamentos Judeus pregavam os direitos dos pobres. Nos primórdios das primeiras igrejas cristãs já existiam fundos de amparo aos pobres, viúvas, órfãos, enfermos e prisioneiros.

Na cultura islâmica, a filantropia foi utilizada como motivadora para a construção de grandes hospitais, onde pacientes indigentes recebiam 5 peças de ouro quando recebesse alta. (HUDSON, 1999).

A partir da segunda metade do século XIX as organizações passaram a ser mais seletivas, no sentido de aperfeiçoarem seus recursos. Uma lei de 1.834, conhecida como Emenda dos Pobres, reduziu drasticamente o auxílio a pobreza pelo Estado. Em decorrência destas medidas, as instituições também passaram a ter critérios seletivos distinguindo os mais pobres, sem recurso algum, daqueles menos pobres, com possibilidade de ao menos sobreviverem. (HUDSON, 1999)

4.3 O DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR E ONG'S NO BRASIL, E A CORRUPÇÃO.

O Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) divulgou um crescimento de número de ONG's no Brasil nos últimos anos, que entre 2002 a 2005 teve um número de funcionários com carteira assinadas muito significativo, que hoje é avaliado entre 1,8 milhões, mais que o triplo de funcionários públicos federais, com esse crescimento elevado as ONG's movimentaram cerca de 35 bilhões por mês só com pagamentos de salários.

E com a quantidade de dinheiro disponível no terceiro setor os esquemas de corrupção, de desvio de dinheiro, vêm cada vez mais atraindo corruptos, e para que esses órgãos sejam combatidos e confiscados a corrupção é necessário um administrador qualificado que combata esse tipo de irregularidade.

E com o crescimento de ONG's no estado de São Paulo a bolsa de valores (BOVESPA) decidiu criar um mecanismo de ações para ajudar a captar recursos, onde vai ajudar investidores a escolherem quais ONG's ampliar seus recursos.

4.4 OSCIP

A OSCIP'S Organização da Sociedade Civil de Interesse Público surgiu no Brasil há aproximadamente três décadas atrás, e são utilizadas para definir um setor que define em público e privado.

A primeira entidade criada no país deu início no ano de 1543, com objetivo de atender desamparados, tendo como a casa da misericórdia situada na capitania de São Vicente.

Na Revolução de 1930 até 1960: O país entrou na urbanização e na industrialização que passaram a qualificar a nova atuação da elite econômica. O Estado ganhou força tendo um único portador do interesse público. No estado novo, com o presidente Getúlio Vargas, editou-se, em 1935, a primeira lei brasileira que regulamentava as regras para a declaração de Utilidade Pública Federal. As associações e as fundações constituídas no país deveriam ter o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade. Em 1938, formalizou-se a relação do Estado com assistência social com a criação do Conselho Nacional do Serviço Social.

Em 23 de março de 1999 o Brasil decretou a lei 9.790, no qual foi adotada a nova realidade das atividades do terceiro setor no Brasil, que diante desta realidade qualifica pessoas de direitos privados, sem fins lucrativos tendo como interesse a sociedade onde a parceria de outras providências com o objetivo de reconhecer o caráter público de um conjunto de organizações da sociedade civil, até então não reconhecida pelo estado.

O Brasil adotou o termo OSCIP'S, mesmo essas organizações serem menos usuais que as organizações não governamentais ONG's, ela vai ganhando espaço por ser um setor da sociedade que agrega grandes organizações diversas, e com algo em comum que se distingue no governo.

As OSCIP's são entidades sem fins lucrativos, que também tem como objetivo desenvolver atividades públicas sem interesse de capital, eles tem como característica o bem-estar social, cuja administração é privada (por empresas, pessoas físicas voluntárias etc.) e não estatal.

Para as entidades se enquadrarem como uma OSCIP perante o governo, não basta declarar-se filantrópica, devendo também atender a alguns requisitos definidos na Lei 9.790/99 e no Decreto 3.100/99.

No Brasil, assim como em outros países, ocorre o crescimento do terceiro setor, que, por sua vez, relacionam com dois outros setores: o primeiro setor, representado pelo governo, e o segundo setor, constituído pelo mercado, ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos. Existe um ponto em comum entre o terceiro setor e o Estado: ambos devem cumprir uma função de modo elevado coletivamente.

As denominações OSCIP e OS, porém, são atribuições que as associações e fundações podem receber, assim que preenchidos os requisitos legais, assim como ocorre com as determinações de Utilidade Pública Municipal (UPM), Estadual (UPE) e Federal (UPF) e o Certificado de Beneficente Entidade de Assistência Social (CEBAS).

4.5 LEI 9.790-99 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Para obter a qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público/OSCIP, uma entidade deve atender aos requisitos dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei 9.790/99, ou seja: As OSCIP's devem estar voltadas para o alcance de objetivos sociais que tenham pelo menos uma das seguintes exigências dos estatutos e desses Regulamentos: são os que obedeçam aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, que são os mesmos princípios que regem a Administração Pública, conforme art. 37 da Constituição Federal.

Além desses quesitos, a entidade deve expressar em seu estatuto a sua natureza jurídica, ou seja, que ela é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, conforme parágrafo 1º do art. 1º da Lei 9.790/99. Também deve deixar claro a(s) sua(s) finalidade(s) e a forma pela qual se dedica a ela(s), indicando se é por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Na hipótese de dissolução de uma OSCIP de assistência social, ela terá de contemplar, em seu estatuto, tanto as exigências da legislação específica (Lei 8.742/93 - LOAS, Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS e outras) quanto a da Lei 9.790/99 sobre a destinação do patrimônio. Ou seja: seu estatuto deve prever a destinação do patrimônio para outra OSCIP registrada no CNAS. As entidades de assistência social não poderão remunerar seus dirigentes, pois as resoluções do CNAS e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social impedem tal possibilidade.

Finalmente, cabe ressaltar que as OSCIP não podem omitir em seu estatuto a questão da remuneração dos diretores, devendo expressar sua opção: se os remunera ou não.

Associações

Associações é uma organização onde as pessoas se reúnem legalmente, para a realização de um objetivo comum, vale lembrar que essas reuniões podem possuir duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica. O Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, define. Associações como a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (art. 53). O direito à livre associação para fins lícitos está previsto e assegurado pela Constituição Federal no artigo 5º, inciso XVIII.

A associação é caracterizada pelo voluntariado, ou seja, por reuniões, na qual se discutem sobre as necessidades individuais, onde usa-se seus diversos instrumentos nas suas diversas manifestações. Segundo o art. 53 do Código Civil Brasileiro, “Constituem-se as associações pela união de pessoas

que se organizem para fins não econômicos”. A associação é uma espécie de pessoa jurídica na qual não há finalidade econômica, sendo assim quando regulamentada e constituída a associação vira uma espécie de pessoa jurídica, ela pode ser formada por pessoas físicas, que tem o mesmo objetivos em comum exceto o objetivo de auferir lucro através da pessoa física.

Instituição

Instituições são organizações sociais que controlam o funcionamento de uma sociedade, sendo que os interesses são somente sociais, as instituições sociais tem o papel importantíssimo no processo de socialização, ou seja, seu objetivo é fazer com que indivíduos façam parte da sociedade.

Demonstrações contábeis exigidas pela NBC.

As demonstrações contábeis de elaboração obrigatória pelas entidades sem fins lucrativos estão relacionadas na NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 686/1990 (com alterações posteriores). Essas demonstrações, que constam dos itens 3.2 a 3.7 da NBC T 3, são as seguintes:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado;
- c) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- f) Demonstração do Valor Adicionado.

4.6 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL DO CAPITALISMO AO NEOLIBERALISMO

Com a característica da primeira revolução industriais, de 1780 a 1840, os grandes empresários usou uma de suas tecnologias para produzir produtos baratos e em grandes quantidades com os avanços dá Tecnologia.

No século XVIII foi marcado pelo grande produção com a expansão de transportes e máquinas. As máquinas a vapor, principalmente que teve destaque e revolucionou o modo de produzir. Se por um lado a máquina substituiu o homem, gerando milhares de desempregados onde as máquinas foram substituindo, aos poucos, a mão-de-obra humana, por outro lado baixou o preço de mercadorias e acelerou o ritmo de produção tornando mais eficiente no processo produtivo e estimulando o consumo na sociedade.

Sendo um deles a substituição do trabalho braçal, na concepção de um desenvolvimento de sofisticadas estratégias gerenciais, no qual não visavam substituir trabalhadores por máquinas, uma vez que os trabalhadores desempenhavam papel central e indispensável no processo produtivo, e até os dias de hoje, o desemprego é um dos grandes problemas nos países em desenvolvimento. Gerar empregos tem se tornado um dos maiores desafios de governos no mundo todo. Os empregos repetitivos e pouco qualificados foram substituídos por máquinas e robôs. As empresas procuram profissionais bem qualificados para ocuparem empregos que exigem cada vez mais criatividade e múltiplas capacidades. Mesmo nos países desenvolvidos têm faltado empregos para a população

O neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, devendo haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

Os críticos ao sistema afirmam que a economia neoliberal só beneficia as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais. Os países pobres ou em processo de desenvolvimento como o Brasil, por exemplo, sofrem com os resultados de uma política neoliberal. Nestes países, são apontadas como causas do neoliberalismo: desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional.

Os defensores do neoliberalismo acreditam que este sistema é capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico e social de um país. Defendem que o neoliberalismo deixa a economia mais competitiva, proporciona o desenvolvimento tecnológico e, através da livre concorrência, faz os preços e a inflação caírem.

“Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um carácter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal (MARX e ENGELS, s/d, p. 26).

Os principais estados do Primeiro Mundo mantém sua hegemonia militar, política, econômica e cultural intacta, e a manterão por muito tempo. A União Europeia vem para fortalecer essa hegemonia. Tal como na formação do Estado Moderno, a integração atual obedece a razões de sobrevivência econômica e fortalece o poder político dos próprios Estados Nacionais.

4.7 IMPORTANCIA DO PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO) COM PARTICIPACAO NA ECONOMIA BRASILEIRA

O PIB, produto interno bruto, é um importante indicador da economia de um país, pois assinala quanto foi produzido em termos monetários, e principalmente indica em quais setores houve avanços e retorno o que é de grande importância para as empresas que lançando mãos desses dados vão poder planejar melhor sabendo com exatidão onde atuar, onde recuar e principalmente onde atrair mercado favorável ao seu produto.

Quando se fala de questões de governo, PIB, investimentos públicos e

gastos de governo, política de aumento de salário mínimo, manutenção ou não de previdência social, privatização, terceirização é importante notar que, na maioria das vezes, a abordagem desses temas pelo prisma de grandes empresas é diferente daquele que existe pelo prisma de contribuintes individuais, assim como é diferente em parte da perspectiva de servidores públicos, assim como é diferente do interesse de políticos. Mesmo entre grandes empresas há distinção, pois o interesse de indústrias é diferente do de instituições bancárias. Importante conseguir notar que vários atores sociais têm interesses distintos na sociedade e eles competem entre si pela maior participação no PIB que é o produto interno bruto, ou seja, toda a produção de riqueza dos pais, tendo hoje grandes grupos tentando combater de forma simplificada, podendo ter esses grandes grupos individuais e suas famílias, instituições bancárias, empresas comerciais e industriais, e esses são os únicos e verdadeiros grupos em combate que existe.

4.8 ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COM SUA PARTICIPACAO NO (PIB)PRODUTO INTERNO BRUTO.

As instituições sem fins lucrativos com uma participação superior na economia brasileira são responsáveis por 5% do produto interno bruto (PIB), com toda essa expansão que as instituições vêm crescendo. O Brasil se tornou um país com crescimento elevado podendo gerar empregos e capacidade, entretanto riquezas com a extração minério foram feitas pesquisas com organizações não governamentais, sindicatos e instituições filantrópicas no ultimo estudo feito por John Hopkins Center, a participação do terceiro setor no Produto Interno Bruto (PIB), cresceu passando de 1,5% para 5% isso tudo em sete anos. Desde 1992 o IBPT, Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, vem mostrando como vem sendo contratado por entidades de classe e empresas brasileiras, para desenvolvimento, de forma independente, que levam a uma gestão tributária eficaz, sejam elas estudos técnicos, pareceres, cursos ou palestras, o IBPT vem se mostrando, assim, fundamental para a orientação sobre práticas de governança tributária que levam ao aumento da lucratividade empresarial, além de promover a conscientização sobre a atual

complexidade do sistema tributário brasileiro. o IBPT é único no desenvolvimento de estudos e projetos eficazes envolvendo soluções para a complexa carga tributária brasileira.

Clóvis Panzarani disse que:

“Nos países nórdicos, a carga tributária chega a representar quase 50% do PIB (no Brasil equivale a 38%) e ninguém reclama, porque há retorno para a sociedade por meios de serviços de saúde, educação. Aqui isso não acontece. Além de pagarem elevados impostos, os consumidores têm de pagar convênio médico e escola particular. O retorno do que a sociedade paga de impostos não é proporcional.

E as empresas estão cada vez mais buscando métodos eficientes que possam minimizar custos com tributação, e com um bom profissional qualificado na área de tributação fica relativo se destacar na mortalidade da empresa, buscando métodos eficientes onde o resultado econômico do exercício social atende as exigências das legislações do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro, determinando a base de cálculo fiscal para as provisões destinadas ao pagamento desses tributos.

A eliminação fiscal é articulada com base em um planejamento empresarial, onde ele é aceito e aplicado pelo contribuinte, preocupado com a saúde financeira de sua empresa que, em favor da própria manutenção de suas atividades, recorre a profissionais habilitados para a redução da pesada carga tributária a que está sujeito. Sua finalidade é de obter a maior economia fiscal possível, reduzindo a carga tributária para o valor realmente devido por lei. No Brasil, tem ocorrido uma grande procura por práticas de planejamento tributário, onde não haja por parte dos governos federal, estadual e municipal esta reforma tributária a fim de diminuir a complexidade da legislação tributária. Essa prática de planejamento tributário vai ser a diferença entre as empresas que fecharam as portas e as que cresceram no mercado. Ao gestor cabe escolher o melhor custo / benefício para empresa, escolhendo as ações mais viáveis de acordo com a classificação da empresa, se de pequeno, médio ou

grande porte, sabendo classificar a empresa adequadamente o gestor vai diminuir a incidência de tributos e aumentar a lucratividade da empresa.

No Brasil cerca de 60 tributos dentre eles o imposto, contribuições, taxas federais, estaduais, e municipais, fica responsável com uma das maiores carga tributaria do planeta ficando em 15º lugar, o (IBPT) estima se que o brasileiro trabalhe quase cinco meses para pagar todos os impostos, e essa quantidade de dia vem crescendo a cada ano, tendo como segundo país que mais precisa trabalhar para pagar seus impostos.

Os tributos mais conhecidos pela maioria das pessoas são os impostos, que incidem sobre a renda e sobre as operações financeiras, e as contribuições, principalmente a previdenciária. Porém, no país, há cobrança de taxas para inúmeros serviços prestados, mundialmente o Brasil é conhecido como a rica mistura cultural, onde independente mente de suas riquezas fica responsável pela a alta carga tributária através do crescimento do país, onde impostos estão para todos os lados, para tudo e para todos.

4.9 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS E COMERCIAIS.

As demonstrações contábeis são os meios pelos quais as entidades informam as condições do seu patrimônio para a sociedade e órgãos competentes.

A legislação das sociedades exige que as S.A façam a publicação de suas demonstrações em jornais de grande circulação e as S.A possuem muitas demonstrações. Nos outros tipos de sociedades é necessário apenas fazer as demonstrações no livro diário entre outras e às vezes é solicitado por bancos, fornecedores, pois é a forma de saber a situação em que anda a empresa, sua capacidade de pagamento, endividamento etc.

As informações contidas nas demonstrações precisam ser claras e transparentes, de modo que possa ser de livre entendimento dos leitores.

As entidades sem fins lucrativos, por mais que seja diretamente ligada a ações que beneficiam a sociedade, não foge da responsabilidade de divulgar suas atividades através das demonstrações contábeis que são elas: Balanço patrimonial, Demonstração do resultado do exercício, Demonstração das

mutações do patrimônio líquido, Demonstração do fluxo de caixa (não muito exigido).

5.CONCLUSÃO

Com base na análise da pesquisa cabe mostrar pontos relevantes para o meio social, ambiental, estrutural no Brasil e no mundo, que por sua vez mostra a capacidade que o ser humano tem em ajudar o próximo, com ação voluntarista que rege o terceiro setor, e com toda essa evolução conclui-se que a instituição parece ter evoluído até o estágio de planejamento estratégico conforme parcerias e desenvolvimento organizacional, como as ONGs que proporciona o bem esta a sociedade e outros.

E a participação do terceiro setor no cenário brasileiro é relevante, onde complementa muitas necessidades sociais não atendidas pelo governo e mostra a característica da humanização e parceria, através dessas parcerias podemos ver a grande importância dessas organizações no BRASIL.

E com grande objetivo social, podemos ver atos solidários que através destas ações proporciona o bem esta a pessoas carentes que não podem se manter com recursos próprios, e essas sociedades tendem cada vez mais proporcionar o bem estar e tirar essas pessoas carentes das ruas, podendo livrar das drogas e ate mesmo do mundo da criminalidade.

BIBLIOGRAFIA

http://pt.wikipedia.org/wiki/Junta_comercial (dia 19/09/2012) 16:55

MELO NETO, Francisco P. de Melo; FROES César. Responsabilidade social e cidadania empresarial: administração do terceiro setor. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitimark, 2001. 190 p.

http://www.arithmos.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56:tributacao-brasileira&catid=51:depto-fiscal&Itemid=40(dia 25/09/12 as 13:25)
<http://rpjorgelima.wordpress.com/2009/09/05/terceiro-setor-um-campo-em-expansao/>

<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/oscip/12.htm> 04\11\12 09:52

<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm> 11\11\12as 10:30
<http://gestor.pt/tipos-de-sociedades-comerciais/#ixzz2DRMPpStJ>

VOLTOLINI, Ricardo. Terceiro setor. Planejamento e gestão. São Paulo ed. SENAC 2004.

Instituto de promoção do comércio e do investimento de Macau, tipos de sociedades comerciais. Disponível em: <http://www.ipim.gov.mo/business_macao_detail.php?tid=481> acesso em: 09/12/2012.